

# “Período Especial em Tempos de Paz”: Revolução Cubana em debate

Emilly Couto Feitosa\*

## Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar o contexto político, econômico e social de Cuba entre o final da década de 1980 e meados da década de 1990, quando o país enfrentou uma de suas mais graves crises desde o início da revolução: o “Período Especial em Tempos de Paz”. Com o estudo dessa crise e das reformas que se seguiram a ela, procuro compreender o processo de redefinição dos rumos do socialismo cubano. No entanto, não acredito que essas reformas representem uma crise de hegemonia do socialismo. Elas são, na verdade, uma peça fundamental para se pensar na redefinição das relações entre a sociedade política e a sociedade civil cubanas e na reconstituição de um bloco histórico revolucionário, em prol de uma rearticulação da hegemonia do socialismo cubano, sobre novas bases.

*Palavras-chave:* Revolução Cubana. Crise. Rearticulação da hegemonia.

## Introdução

O presente trabalho pretende, num primeiro momento, reconstruir os passos do nacionalismo popular em Nuestra América, com o intuito de compreendermos um quadro histórico geral que serviu de legado para a Revolução Cubana. O interesse aqui é abordar o que houve de continuidade em relação às experiências nacional-estatistas que marcaram as décadas de 1930, 40 e 50 e, sobretudo, apresentar os elementos inovadores e de rupturas.

Após esse panorama histórico e breve análise comparativa, partiremos para a segunda parte do trabalho: a análise do processo nacionalista popular em Cuba. São considerados aqui elementos importantes para compreendermos o processo revolucionário cubano: 1) a forte presença dos Estados Unidos desde a independência

\* Mestranda em História na Universidade Federal Fluminense (UFF), com ênfase na linha de pesquisa Poder & Sociedade, sob a orientação do professor Doutor Daniel Aarão Reis Filho. E-mail: emilly\_uff@hotmail.com

da ilha;<sup>1</sup> 2) a questão da soberania nacional cubana; 3) o período republicano; 4) a revolução propriamente dita; 5) a Guerra Fria; 6) o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos em 1962; 7) a entrada do país no Conselho Econômico de Ajuda Mútua (Came) em 1972; 9) o fim do Came em 1991; 10) o fim da União Soviética.

A Revolução Cubana, dessa forma, deve ser entendida historicamente tanto como resultado de uma série de fatores anteriores a 1959 quanto como um processo que se renova e se estende até os dias atuais, exigindo uma nova compreensão em razão das mudanças e dos novos desafios enfrentados no contexto atual, sobretudo a partir da década de 1990, com o fim da URSS.

A partir de então, analisaremos, especificamente, o contexto político, econômico e social de Cuba entre o final da década de 1980 e meados da de 1990, quando o país enfrentou uma de suas mais graves crises desde a vitória da revolução: o “Período Especial em Tempos de Paz”. Com o estudo dessa crise e das reformas que se seguiram a ela procuro compreender o processo de redefinição dos rumos do processo revolucionário cubano.

## Nacionalismo popular em Nuestra America

A Revolução Cubana não é uma experiência isolada, mas expressão de um movimento mais geral, conceituado por Daniel Aarão Reis como nacionalista popular. Nesse sentido, pretendo inserir esse processo no âmbito de um quadro histórico

mais amplo, que remonta às tradições nacional-estatistas que marcaram Nuestra América nas décadas de 1930, 40 e 50.

Desde os anos 30 e 40, as classes populares da América Latina e do Brasil constroem tradições nacional-estatistas (no Brasil, trabalhistas). Num amplo painel, desdobram-se por estas terras de *Nuestra América*, de desigualdades e de misérias sem fim, e também de modernização e de progresso, de culturas originais. Getúlio Vargas, Juan Perón, Lázaro Cárdenas, Fidel Castro, João Goulart, Leonel Brizola, entre muitos e muitos outros, apesar de suas diferenças substantivas, que correspondem também às diferenças dos momentos históricos vivenciados, constituem uma galeria de líderes carismáticos, exprimindo uma longa trajetória de lutas sociais e políticas, em grande medida marcadas pelos programas, métodos e estilos de fazer política do nacional-estatismo. (AARÃO REIS, 2001, p. 375-376).

O que une essas experiências, tão diferentes ao longo de décadas e presentes em vários países da América Latina, é, antes de qualquer coisa, a existência de um passado histórico comum. Todos os países latino-americanos, em maior ou menor grau, tiveram suas histórias marcadas por uma colonização exploratória – monocultora e/ou extrativista fundamentalmente –, baseada numa mão de obra escrava ou compulsória e pela formação de uma classe dominante dissociada dos interesses populares e nacionais. Embora longe no tempo, tal passado serviu para perpetuar um sistema político-econômico excludente que atravessou os regimes “caudilhescos” do século XIX e chegou às repúblicas do século XX, com a consagração de uma classe oligárquica, articulada com os interesses

imperialistas, em detrimento das demais demandas internas, e com o aprofundamento das desigualdades sociais.

Segundo Aníbal Quijano, a construção dos Estados nacionais latino-americanos segundo o molde eurocêntrico não significou uma efetiva democratização das relações de poder, mas um processo de colonização interna que comprometeu, e compromete até os dias de hoje, a legitimidade da democracia e da institucionalidade liberal, de maneira geral, para grande parte dos ditos cidadãos, sobretudo dos indígenas, negros e mestiços. Assim, a implementação dos regimes democráticos representativos foi convertida em mais um instrumento de dominação de classe, nos quais, na verdade, as classes populares não tiveram, e não têm, participação efetiva na determinação dos rumos do Estado, tampouco tiveram suas demandas satisfeitas.

Portanto, apesar das especificidades de cada movimento, podemos perceber características comuns a vários países ao sul do Rio Grande, tais como economias frágeis e dependentes, sociedades fragmentadas e o descrédito com relação à institucionalidade liberal. Essas características deram os subsídios para o surgimento de diferentes movimentos que tiveram no apelo à soberania nacional, na preocupação com reformas sociais, na centralidade do Estado – o que, muitas vezes, conduziu ao aparecimento de regimes autoritários – e na presença de lideranças carismáticas o seu ponto de encontro.

Nas palavras de Daniel Aarão Reis:

Para além de suas diversidades, [as experiências nacional-estatistas] esboçaram um projeto ambicioso de construir um desenvolvimento nacional autônomo no contexto do capitalismo internacional, baseado nos seguintes elementos principais: um Estado fortalecido e intervencionista; um planejamento mais ou menos centralizado; um movimento, ou um partido nacional, congregando as diferentes classes em torno de uma ideologia nacional e de lideranças carismáticas, baseadas em uma íntima associação, não apenas imposta, mas também concertada, entre Estado, patrões e trabalhadores. Era aí disseminada a crítica aos princípios do capitalismo liberal e à liberdade irrestrita dos capitais. Em oposição, defendia-se a lógica dos *interesses nacionais* e da *justiça social*, que um Estado intervencionista e regulador trataria de garantir. (2002, p. 13-14).

Tanto as experiências nacional-estatistas das décadas 1930, 40 e 50, com Vargas no Brasil, Perón na Argentina, Cárdenas no México ou Arbenz na Guatemala, quanto as nacionalista-populares, mais radicais, que tiveram início em 1952 com Estenssoro na Bolívia, Alvarado no Peru, Torrijos no Panamá, Ortega na Nicarágua, Fidel Castro em Cuba, Hugo Chávez na Venezuela e Evo Morales na Bolívia, incorporaram, cada um a sua maneira, um programa de reformas que visava atender às demandas históricas das classes subalternas, ora com o intuito de manter a ordem estabelecida, ora de levá-las às últimas consequências num processo revolucionário.<sup>2</sup>

Nesse sentido, as experiências nacionalistas populares, na maioria das vezes, são mais herdeiras da tradição nacional-

estatista do que da tradição comunista latino-americana. Somente para citar alguns exemplos, tanto em Cuba quanto na Venezuela Bolivariana os tradicionais partidos de vanguarda – o Partido Socialista Popular/PSP cubano e o Partido Comunista venezuelano/PCV – nunca assumiram a dianteira dos processos, ou seja, não apoiaram os golpes frustrados de Moncada em 53 e o de 92 na Venezuela, e só se posicionaram a favor dos processos transformadores no último momento. Vale dizer também que nunca foram grandes partidos de massa. O resgate do caráter martiano ou bolivariano ou até mesmo do “socialismo do século XXI” é emblemático no que diz respeito à busca de um caminho novo, com raízes próprias e antiesquemático para se alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, diferentemente de algumas experiências clássicas do nacionalismo estatista, mesmo quando se aproximaram dos movimentos populares, tais como as de Vargas, Perón, Estenssoro ou Arbenz, Fidel Castro, não procura fazer um governo que se coloque acima da luta das classes; ao contrário, posiciona-se claramente de um ponto de vista de classe, rompendo com o capitalismo internacional e com as burguesias nacionais e adotando reformas que efetivamente rompem com o *status quo*.

O nacionalismo popular da Revolução Cubana também difere dos seus pares clássicos em razão do seu caráter internacionalista – que prevê a construção de uma alternativa ao capitalismo neoliberal para toda a América Latina nos termos da Alternativa Bolivariana para as Américas

(Alba)<sup>3</sup> – e, mais uma vez, de uma maior participação popular, que se reflete na amplitude e radicalidade dos seus projetos sociais.

Apesar de seu conteúdo mais radical, existe ainda, pelo menos, uma questão que não foi superada pelo nacionalismo popular: a personificação de todo o processo em uma liderança carismática. Tal personificação é produto de uma construção social, ou seja, não se trata de uma imposição, mas de uma escolha dos próprios agentes sociais envolvidos. Portanto, o principal desafio para esses movimentos que configuram o nacionalismo popular é recuperar a legitimidade da institucionalidade democrática de maneira a garantir a primazia do movimento para além dos marcos de uma liderança que o represente. É fundamental garantir que haja realmente instâncias de poder popular que permitam a alternância no poder, uma maior pluralidade e a autonomia das organizações de base com o objetivo de se evitar não apenas o burocratismo, mas também a inércia e a presença de velhas figuras nos mesmos cargos.

## Revolução Cubana: do nacionalismo popular à Revolução Socialista

### Breve panorama histórico

A Revolução Cubana deve ser entendida, historicamente, como o resultado de uma série de fatores anteriores a 1959. Nesse sentido, é importante considerarmos a forte presença dos Estados Unidos

desde a independência da ilha;<sup>4</sup> a questão da soberania nacional cubana e as fraudes eleitorais, as quais foram corrompendo e desmoralizando as instituições legais; a tradição de governos ditatoriais; o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas e as insurreições populares que marcaram todo o período republicano.

Havia na sociedade um sentimento de insatisfação e um anseio por mudanças que se expressaram na Revolução de 1933, contra a ditadura de Gerardo Machado, quando um movimento radical de esquerda conseguiu assumir o poder durante quatro meses, tendo como principais lideranças Antonio Guiteras e Grau San Martín.<sup>5</sup> Esse governo, denominado “o governo dos Cem Dias” (setembro de 1933-janeiro de 1934), tomou medidas de caráter social e anti-imperialista, como, por exemplo, o estabelecimento da jornada de trabalho de 8 horas de trabalho e a intervenção na companhia cubana de eletricidade, controlada pelos Estados Unidos.

Desde o governo de Mendieta (1934-1939) até o fim do governo de Prío Socarrás, as eleições transcorreram com normalidade. No entanto, em 1952 Fulgêncio Batista deu um golpe de estado e tomou o poder.

Desta forma, fechou-se o caminho da política institucional para inúmeras lideranças que apostavam na legitimidade do sistema como premissa para o encaminhamento das mudanças socioeconômicas de que o país necessitava. Entre essas lideranças, destacava-se Fidel Castro. (AYERBE, 2004, p. 26).

Fidel era filho de um rico proprietário de terras e se formou em direito. Sua

educação foi tradicional e ele pretendia seguir uma carreira política tradicional, tanto que em 1952 era candidato a deputado pelo Partido Ortodoxo. Com o golpe, ele e outras lideranças planejaram o assalto aos quartéis de Moncada e Bayamo, em 1953, o qual, apesar de ter fracassado em sua ação – tomar armas e dar início a um processo de derrubada da ditadura de Batista –, vertebraria, mais tarde, na formação do Movimento Revolucionário 26 de Julho (MR26/7) e tornaria conhecida a figura de Fidel Castro.

Depois do assalto fracassado, Fidel, seu irmão e outros insurgentes foram condenados e presos; outros foram mortos pelas forças do regime. No cárcere, ele complementou sua formação política radical e escreveu *A história me absolverá*, na qual lançou o Programa de Moncada.<sup>6</sup> Foi anistiado e solto em menos de dois anos. Percebendo que os direitos e as liberdades democráticas não voltariam a Cuba enquanto Batista estivesse no poder e que não havia mais futuro pela via político-eleitoral, optou pela luta armada como única saída para a ditadura vivida no país.

No México, em 1955, Fidel conheceu Ernesto Che Guevara, com quem iria aprender muito sobre a realidade latino-americana e ampliar suas leituras. Ali preparou a sua volta e a de outros guerrilheiros, incluindo Che, para Cuba, a bordo do iate Granma, em 1956. Essa volta tinha o mesmo objetivo de 1953, isto é, derrubar Batista pela via armada, tentando difundir na ilha uma insurreição popular.

Os guerrilheiros desembarcaram no lado oriental da ilha, na Sierra Maestra,

onde agruparam e treinaram mais guerrilheiros, principalmente camponeses da região. Na parte ocidental do país também explodiram manifestações contra o regime, a partir de movimentos como o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), a Federação dos Estudantes Universitários (FEU), o Diretório Revolucionário Estudantil (DRE), a Organização Autêntica (AO), o Partido Ortodoxo e o Partido Socialista Popular (PSP).

No entanto, todas essas forças insurgentes ocidentais no processo de luta contra a ditadura foram destruídas ou muito enfraquecidas, o que fez com que o grupo da Sierra Maestra se tornasse o único capaz de polarizar e liderar a luta contra o regime de Batista. Assim, a Revolução Cubana triunfou em janeiro 1959, sob a hegemonia do grupo da Sierra Maestra e do MR26/7. Todavia, a diversidade das forças que conformaram o processo revolucionário e que apoiaram esse grupo representou uma questão importante para o imediato momento pós-revolucionário, quando Fidel Castro falou sobre a necessidade de uma unidade revolucionária.<sup>7</sup>

Podemos afirmar, então, que a Revolução Cubana começou como um processo de luta pela normalidade democrática e pela soberania nacional, tanto no plano político quanto no plano econômico. Foi uma luta cujo eixo norteador foi o nacionalismo. No entanto, com o acirramento das contradições internas e externas, o movimento foi se radicalizando e adotando posições claramente anti-imperialistas. Era impossível para o país a construção de um capitalismo nacional, soberano e independente

diante da forte oposição dos EUA. Por isso, mesmo tendo, inicialmente, um amplo programa de reformas, que, teoricamente, ainda podem ser consideradas no âmbito da ordem burguesa – como a reforma agrária, a reforma educacional e na saúde –, esse programa foi se radicalizando até que em 1961 foi declarado o caráter socialista da revolução. Foi colocado na ordem do dia o rompimento com o imperialismo estadunidense e com o próprio modo de produção capitalista.

Em países como Cuba, verificou-se uma evolução de uma posição liberal democrática radical, onde o nacionalismo tinha o papel central para uma posição antiimperialista, que adquiriu mais força à medida que foram se radicalizando as contradições internas e externas do período revolucionário. (MIZUKAMI; BUZZETTO, 1998, p. 68).

### O “modelo” soviético

A partir da década de 1960, os dirigentes cubanos entenderam a dificuldade de se construir uma experiência autônoma, principalmente depois da invasão da Guatemala, da invasão da baía dos Porcos e do seu próprio isolamento político-econômico no continente, em razão do bloqueio imposto pelos Estados Unidos em 1962. Esse entendimento, somado às suas limitações econômicas, acabou por estreitar os laços com o mundo socialista e, especialmente, com a URSS e desembocou no episódio da Crise dos Mísseis, em outubro deste ano.

Era útil para Cuba sua aproximação com a URSS, como um apoio internacional tanto político e diplomático quanto econô-

mico. Por outro lado, para a URSS essa aproximação também era útil, fosse no âmbito político-ideológico (zona de influência), fosse no âmbito estratégico (proximidade com EUA), uma vez que os soviéticos se sentiam ameaçados pelos mísseis estadunidenses na Turquia.

Nesse primeiro momento, o Estado cubano ainda não tinha abandonado o projeto de diversificação econômica – desenvolvimento das indústrias, substituição de importações e ampliação das exportações para além dos produtos primários. No entanto, o fracasso desse projeto e a entrada de Cuba em 1972 no Conselho Econômico de Ajuda Mútua – o qual reunia o bloco dos países liderados pela ex-União Soviética – tiveram consequências nos rumos político-econômicos do país. Por um lado, trouxe ram crescimento econômico, com a elevação do Produto Social Global,<sup>8</sup> do número das indústrias e dos indicadores sociais; por outro, a autonomia da revolução e a busca de um caminho próprio foram parcialmente perdidas. “Cuba iria submeter-se a uma renovação à imagem soviética.” (GOTT, 2006, p. 266). Essa renovação também se manifestou nos campos ideológico e intelectual, pela publicação de manuais soviéticos para o ensino do marxismo – denominados por Che Guevara de “Calhamaços Soviéticos” (LOWY) e pelo fechamento de revistas e jornais críticos

que se propunham a buscar uma via socialista própria, como a revista *Pensamiento Crítico*.<sup>9</sup> Assim, do triunfo da revolução até a década de 1970 a autonomia do campo intelectual e a pluralidade ideológica dos discursos nacionais foram reduzidas, as decisões foram centralizadas nas mãos do Estado, que, por sua vez, foi, em grande medida, burocratizado, e a censura foi estabelecida.

A entrada no Come, de fato, marcou uma forte dependência do país com relação aos países do bloco socialista, mas é preciso considerar o contexto na qual se insere. Cuba sofria com o bloqueio econômico (que dura até os dias de hoje) e o consequente isolamento político-econômico no continente, com as várias operações de sabotagem financiadas pelos EUA, a falta de recursos internos e a estagnação da economia. Diante dessa conjunção de fatores, o Come era a oportunidade para o país superar alguns dos seus problemas e dar uma guinada no fortalecimento interno da revolução.

Como nos mostra a tabela a seguir, as relações comerciais estabelecidas com os países que integravam o Come, mesmo considerando o campo da economia mundial, representavam 79,85% do total das exportações e 85,34% do total das importações cubanas.

INTERCÂMBIO DE MERCADORIAS SEGUNDO  
O CAMPO DA ECONOMIA MUNDIAL, CUBA (1989)  
(mil pesos)

<i>Campo</i>	<i>Exportações</i>	<i>% s/total</i>	<i>Importações</i>	<i>% s/tota</i>	<i>Saldo</i>
Economia mundial	5.392.004	100,00	8.124.224	100,00	-2.732.220
<i>Economias planificadas</i>	4.305.714	79,85	6.932.872	85,34	-2.627.158
Albânia	3.316	0,06	3.298	0,04	18
Bulgária	176.940	3,28	177.501	2,18	-561
Checoslováquia	136.026	2,52	216.283	2,66	-80.257
Hungria	55.437	1,03	80.543	0,99	-25.106
Polônia	54.122	1,00	57.795	0,71	-3.673
República Democrática Alemã	285.913	5,30	358.688	4,42	-72.775
Romênia	121.986	2,26	155.970	1,92	-33.984
União Soviética	3.231.222	59,93	5.522.391	67,97	-2.291.169
Iugoslávia	4.083	0,08	63.798	0,79	-59.715
China	216.071	4,01	255.483	3,14	-39.412
Coréia	13.126	0,24	19.560	0,24	-6.434
Vietnã	6.245	0,12	20.568	0,25	-14.323
Mongólia	1.227	0,02	994	0,01	233
<i>Economias capitalistas</i>	1.086.290	20,15	1.191.352	14,66	-105.062

Fonte: Piñeda B. apud Carcanholo e Nakatani.

De acordo com José Bell Lara,

As relações de Cuba com o Conselho de Ajuda Mútua Econômica eram um mecanismo de integração que contemplava um sistema de preços, créditos, algumas produções complementares e determinados compromissos com um alto grau de segurança, que permitiam, a partir disso, uma projeção estável da economia. (1999, p. 34).

No entanto, essa projeção estável da economia significou, na prática, uma forte dependência do país, principalmente com relação à União Soviética: em 1989, do total das exportações cubanas 59,84% eram destinadas à URSS, assim como, no mesmo ano, do total das importações de bens 67,84% vinham de lá, isso sem contar com os demais países do bloco soviético, conforme a tabela em sequência.

importações de bens	Anos	1989	1990	1991	1992	1993	1994
	Total	8.139.800,00	7.416.525,00	4.233.752,00	2.314.916,00	2.008.215,00	2.016.821,00
	URRS	5.522.391,00	5.114.386,00	2.717.574,00	534.470,00	86.303,00	41.841,00
	PERC	67,84%	68,96%	64,19%	23,09%	4,30%	2,07%
exportações de bens	Anos	1989	1990	1991	1992	1993	1994
	Total	5.399.900,00	5.414.949,00	2.979.512,00	1.779.424,00	1.156.663,00	1.330.756,00
	URRS	3.231.222,00	3.594.629,00	1.803.912,00	607.264,00	400.657,00	278.948,00
	PERC	59,84%	66,38%	60,54%	34,13%	34,64%	20,96%

Fonte: Cepal, 2000: anexo estatístico.

Dessa forma, a partir do governo Gorbachev<sup>10</sup> e, sobretudo, com o fim da URSS, a relação de dependência que Cuba mantinha com este país repercutiu de maneira profunda na sustentação do socialismo fortemente atrelado ao modelo soviético. O fim do Came é emblemático nesse sentido. Não havia mais com quem contar. Era preciso encontrar um caminho novo, independente. Contudo, não podemos esquecer que se trata de uma ilha, com poucos recursos e sob forte pressão de uma das maiores potências mundiais, os EUA.

Após o fim da Guerra Fria, o bloqueio dos Estados Unidos se amplia, e Cuba já não dispõe das vantagens oferecidas anteriormente pelo CAME e do respaldo político da ex-União Soviética; inicia-se o “Período Especial em Tempos de Paz”, denominação do governo cubano para o novo contexto enfrentado pelo país, considerado o mais difícil desde 1959. (AYERBE, 2004, p. 83).

## O “Período Especial em Tempos de Paz”

### A crise

O termo “Período Especial em Tempos de Paz” deriva da expressão “Período Especial em Tempo de Guerra”, nome dado

ao plano de sobrevivência preparado por Cuba durante a Guerra Fria para o caso de estourar um conflito entre a União Soviética e os Estados Unidos. Num cenário desses, o país, possivelmente, estaria sob bloqueio completo, de modo que foi criada uma tática de contingência para assegurar uma resposta coordenada à escassez de alimentos e combustíveis. A guerra não veio, mas quando o bloco soviético entrou em colapso, em 1991, Cuba ficou sem seu principal parceiro comercial e protetor econômico. Na prática, era uma situação muito similar àquela que os cubanos haviam vislumbrado, mas “em tempo de paz”.

Com o fim do Came e da União Soviética, o país mergulhou numa crise sem precedentes e viu-se diante de uma nova e complexa realidade. O colapso do socialismo real ocasionou a desestruturação da cadeia produtiva cubana, extremamente dependente, como já mostrado, das relações com o ex-bloco socialista. Soma-se a isso o acirramento do bloqueio estadunidense à ilha com a aprovação da Lei Torricelli e da Lei Helms-Burton.<sup>11</sup>

A economia cubana parou. O país já não podia mais contar com os subsídios nem com as condições favoráveis de compra e venda estabelecidas com o antigo bloco socialista, sobretudo com a URSS.

A falta do petróleo foi um dos primeiros detonadores da crise, já que sem este não havia combustível para mover o campo, as indústrias, os veículos, ou mesmo para a geração de energia elétrica. Os apagões tornaram-se comuns e duravam até oito horas. Faltavam peças de reposição para a maquinaria importada da URSS e dólares para conseguir comprar equipamentos, alimentos, combustíveis e matérias-primas no mercado internacional. A economia subterrânea ou ilegal e o subemprego se expandiram. O produto interno bruto do país, que em 1989 era de 20.795 milhões de pesos, chegou a 16.382 milhões de pesos em 1992. (CEPAL, 2000, anexo estatístico). Além disso, como 63% da importação de alimentos vinham dos países socialistas, o consumo calórico da população diminuiu, causando um quadro generalizado de anemia. (LARA, 2001, p. 35).

No livro *Biografia a duas vozes*, de Ignacio Ramonet, Fidel Castro expressa o significado dessa crise para o país:

[...] perdemos todos os mercados do açúcar e deixamos de receber mantimentos, combustível e até a madeira para fazer para os caixões para os nossos mortos. Ficamos sem combustível de um dia para o outro, sem matérias-primas, sem alimentos, sem higiene, sem nada [...]. Nossos mercados e fontes de abastecimento fundamentais desapareceram abruptamente. O consumo de calorias e de proteínas se reduziu quase a metade. (RAMONET, 2006, p. 332).

Vale citar ainda alguns números sobre a crise apresentados por Richard Gott: a capacidade de importação do país caiu 70% de 1989 a 1992; o capital gerado pela venda do açúcar caiu de US\$ 4,3 bilhões em 1990 para US\$ 1,2 bilhões em 1992 e

para apenas US\$ 757 milhões em 1993; o PIB diminuiu 2,9% em 1990, 10% em 1991, 11,6% em 1992 e 14,9% em 1993. Além disso, os financiamentos externos vindos da ex-URSS caíram de US\$ 3 bilhões em 1989 para zero em 1992.

Com o objetivo de superar essa crise, o governo implementou um conjunto de reformas econômicas: a abolição do monopólio do Estado sobre o comércio exterior; a permissão da participação de capitais estrangeiros na economia do país, a legalização da circulação do dólar no mercado interno, o incentivo ao turismo, a introdução do emprego autônomo tributado, o estabelecimento de cooperativas agrícolas em substituição às fazendas estatais, a despenalização da posse de divisas, entre outras. Essas reformas resultaram na emergência de uma economia dual, a qual se traduz num aprofundamento da estratificação social – e na abertura da economia cubana para as relações monetário-mercantis, maior participação do mercado na economia interna e maior abertura externa.

Embora a crise tenha exigido profundas mudanças econômicas e tenha tido impacto sobre as condições de vida da população, o governo procurou “manter o princípio distributivo socialista”. (CANCANHOLO; NAKATANI). Nesse sentido, destaco aqui a política social de manutenção dos empregos e salários e também o direcionamento social dos gastos. Como nos mostra a tabela a seguir, apesar das condições adversas enfrentadas pelo país, os gastos sociais ainda representavam a maior parcela do orçamento público, fato, aliás, que diferencia Cuba dos demais países capitalistas, cujos gastos sociais são “enxugados” em momentos de crise.

**CUBA-COMPOSIÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS**  
(milhões de pesos)

	1999	% em 1999	2000	% em 2000
Gastos Totais (G)	14.030,9	100,0	15.243	100,0
Educação (E)	1.829,6	13,0	2.125	13,9
Saúde Pública (S)	1.553,1	11,1	1.726	11,3
Previdência Social (P)	1.785,7	12,7	1.786	11,7
Administração	457,4	3,3	537	3,5

Fonte: Panorama Económico y Social, Cuba, 2001.

No entanto, essa política de manutenção de empregos e salários, associada a uma situação de queda violenta da produtividade, gerou um aumento da liquidez monetária (excesso de moeda em circulação) que só não desembocou numa hiperinflação em razão do controle dos preços e da própria distribuição de bens e alimentos, como no sistema de racionamento das *libretas*, criado em março de 1962.<sup>12</sup>

Para terminar, é importante ressaltar que,

apesar da profundidade da crise, das pressões norte-americanas, do avanço da globalização e das políticas neoliberais, que levaram quase toda a América Latina a submeter-se ao imperialismo americano, Cuba procurou sua reinserção no sistema mundial resguardando sua soberania e levando adiante a luta pelo socialismo. (CARCANHOLO; NAKATANI).

### Os novos rumos do processo revolucionário cubano

Pensar em Cuba nesse contexto de fim da União Soviética e do Come significa também pensar numa redefinição dos rumos do processo revolucionário cubano e numa “sociedade em que os mecanismos de interação entre o Estado e o resto da

sociedade estão em processo de reajuste”. (ACANDA, 2006, p. 220).

Ao mesmo tempo em que o governo cubano precisava garantir o apoio da população às reformas para superar a crise, esta também pressionava pela ampliação da participação acerca dos novos rumos do país. Em razão dessa relação dialética garantia de apoio/ demanda popular, a própria posição do governo cubano mudou, passando a difundir as novas ideias da revolução sobre a democracia. Houve uma série sem precedentes de consultas à população, como os chamados “parlamentos de trabalhadores”, instituídos por todo o país para discutir os problemas e sugerir soluções para o país. A eles se seguiu, em 1991, um Congresso do Partido Comunista, no qual decisões-chaves foram tomadas para delinear a estratégia do governo ao longo da década de 1990. Nele, pela primeira vez, permitiu-se que pessoas de diferentes convicções religiosas figurassem abertamente nos quadros do partido. Além disso, a Constituição de 1976 foi modificada em 1992 e o sistema eleitoral cubano sofreu alterações.<sup>13</sup>

Cuba, então, nesse início da década de 1990, passou pela mais grave crise

desde que a revolução triunfara em 1959. Essa crise exigiu medidas, como demonstrei, de reestruturação externa e interna, as quais, ao mesmo tempo em que ajudaram o país a se reerguer, refletiram-se num impacto social, com o aumento da desigualdade social no país e o surgimento de novos desafios a serem superados, como a questão da dolarização da economia<sup>14</sup> e das contradições geradas pelo turismo.

O “Período Especial em Tempos de Paz” inaugurou uma nova fase para a sociedade cubana, em que as certezas foram abaladas e os consensos foram profundamente questionados. O debate acerca dos novos rumos do país veio à tona sob pressão da sociedade civil, a qual pareceu chamar novamente para si as decisões que haviam ficado ao longo de anos centralizadas nas mãos do Estado. Resta-nos, agora, investigar para que direção esses novos rumos apontam: para o fim do socialismo ou para o seu fortalecimento, ainda que sobre novas bases? Além disso, retomando o Acanda, se os mecanismos de interação entre o Estado e o resto da sociedade estão em processo de reajuste, qual é a margem de autonomia dessa sociedade civil? Qual a importância das Assembleias de Poder Popular nesse contexto?

O novo sistema político aprovado em 1992 e as Assembleias do Poder Popular significaram uma descentralização administrativa das funções estatais e, assim, também uma maior participação da população na vida política do país. No entanto, o funcionamento desse sistema, as eleições e, principalmente, seus mecanismos de re-

presentação ainda são pouco conhecidos no Brasil, mesmo no campo da esquerda.

As Assembleias do Poder Popular são, nesse sentido, são um dos temas suscitados mais importantes para o desenvolvimento deste trabalho monográfico, haja vista a possibilidade de representarem brechas democráticas de poder popular que rompam com a estatização e a burocratização. São instâncias que vêm construindo novas formas de participação popular em Cuba, para além das praticadas (ou não) na democracia liberal e na ditadura revolucionária. Afinal, como nos lembra Ellen Wood, democracia “significa o que diz o seu nome: o governo pelo povo ou pelo poder do povo” (2003, p. 7), onde não haja separação entre a “condição cívica” e a “posição de classe”, ou seja, onde a igualdade civil coexista com a igualdade social. Nas palavras da própria autora:

Na democracia capitalista, a separação entre a condição cívica e a posição de classe opera nas duas direções: a posição socioeconômica não determina o direito à cidadania – e é isso o democrático na democracia capitalista –, mas, como o poder do capitalista de apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores não depende de condição jurídica ou civil privilegiada, a igualdade civil não afeta diretamente nem modifica significativamente a igualdade de classe – e é isso que limita a democracia no capitalismo. As relações de classe entre capital e trabalho podem sobreviver à igualdade jurídica e ao sufrágio universal. Neste sentido, a igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas a deixa fundamentalmente intacta. (WOOD, 2003, p. 184).

### Conclusões preliminares: fim do socialismo?

Não se acredita aqui que os novos rumos do processo revolucionário cubano representem uma crise de hegemonia do socialismo propriamente dito. São, na verdade, uma peça fundamental para se pensar na redefinição das relações entre a sociedade política e a sociedade civil cubanas e na reconstituição de um bloco histórico revolucionário, em prol de uma rearticulação da hegemonia do socialismo cubano sobre novas bases. Essas bases surgiram a partir das novas demandas originárias do contexto de crise das décadas de 1980 e 1990, que abordamos anteriormente.

Em Cuba, o que se procura é uma alternativa que, por um lado, não recaia numa saída neoliberal, de esvaziamento do poder do Estado e de autonomia do mercado, nem, por outro, na de um socialismo estadolátrico no qual o Estado se apresenta “como único espaço no qual qualquer relação social [pode] ser aceita”. (ACANDA, 2006, p. 235). Foi aberta em Cuba a possibilidade de a sociedade civil ser ampliada de forma a ocupar os espaços antes exclusivos do governo. É de fundamental importância que essa assuma o papel protagonista no debate ideológico, para que, assim, possa “desempenhar um papel ao mesmo tempo crítico e afirmativo no que diz respeito à sociedade política”. (ACANDA, 2006, p. 236).

Enfim, por trás dessa redefinição dos rumos do socialismo cubano pode estar uma concepção que compreende o socialismo numa perspectiva mais ampla e plural,

ou seja, na qual sua existência e evolução não estejam concentradas unicamente nos dispositivos do Estado. Trata-se de compreendê-la como uma experiência vivida e refletida por seres humanos, que não são apenas massa de manobra de um Estado personificado em uma liderança carismática, mas, sim, agentes do seu próprio destino.

### Conclusão

A Revolução Cubana marcou a história da América Latina no século XX e ainda hoje permanece como um referencial, em seus erros e acertos, para os movimentos sociais do século XXI, como para o próprio Hugo Chávez, o qual sempre reivindica em seus discursos o processo revolucionário cubano, ou Evo Morales. Nesse sentido, Cuba precisa ser mais profundamente estudada, pois realmente pode contribuir para a construção de um novo projeto socialista no século XXI.

Considerando um quadro latino-americano mais amplo, as reformas que vêm sendo engendradas em Nuestra América, sobretudo no que concerne à Venezuela, com Huho Chávez, ou mesmo à Bolívia, com Evo Morales, ainda que não possam ser consideradas como instrumentos adequados para a construção do socialismo, ou de qualquer outro sistema não capitalista, podem, dentro de certos limites, avançar nessa direção, levando-se em consideração que quem dita seus rumos são os movimentos sociais nos quais esses processos se sustentam. Estou, assim, de acordo com Atilio Boron quando sustenta que não ne-

cessariamente existe uma descontinuidade entre reforma e revolução; ao contrário:

Estas (as revoluções) não nascem como tais, mas vão se definindo na medida em que a luta de classes desatada pela dinâmica dos processos de transformação radicaliza posições, supera velhos equilíbrios e redefine novos horizontes para as iniciativas das forças contestadoras. (BORON).

A proposta neoliberal e o aparato democrático burguês esgotam-se em muitos sentidos nessa região. Por meio de uma análise das últimas eleições na América Latina, podemos perceber um avanço expressivo de forças políticas autointituladas de “centro-esquerda” ou “progressistas”. Ainda que, em muitos casos, uma vez eleitos, como Lula, Vasquez e Kirchner, tenham se mantido moderados em seus programas, suas candidaturas foram construídas em torno de uma alternativa ao modelo que imperou na década de 1990 no continente, ou então, nos casos em que, mesmo não sendo eleitos, conseguiram um amplo apoio popular, como no caso do Peru e do México. (MARINGONI). Só o fato de 16 governos eleitos terem sido derrubados ou obrigados a renunciar na América Latina nos últimos 18 anos, não por golpes militares, mas sim, por pressões populares, dá conta das dificuldades da agenda neoliberal entre nós.<sup>16</sup> À medida que a miséria, a corrupção e a exploração vão assumindo gradativamente maiores proporções, são abertas margens para o surgimento ou expansão de protestos e movimentos populares que contestam essa hegemonia, dos quais são exemplos o movimento indígena

no Equador, os piqueteiros na Argentina ou os zapatistas de Chiapas.

Nesse sentido, Fidel Castro, Hugo Chávez e Evo Morales são hoje apenas figuras representativas de movimentos amplos e que se constituem como a ponta de um *iceberg*.

### “Special Period in Times of Peace”: Cuban Revolution in debate

#### Abstract

The purpose of this study is to analyse the social, political and economical context lived by the cubans in the period between the end of the eighties and the middle of the nineties, when the country faced one of the most serious crisis since the beginning of the revolution: the “Special Period in Times of Peace”. Through the study of that crisis and the reforms which came after it, I try to understand the process which led the cuban socialism to a new tendency. However, I do not believe that those reforms represent a hegemony crisis of socialism. Actually, they are essential to help us think about the new tendency of the relations between the political and the civilian cuban society, as well as about the reconstitution of a revolutionary historical bloc for the rearticulation of the cuban socialism hegemony, under new bases.

*Key words:* Cuban Revolution. Crisis. Hegemony rearticulation.

## Notas

- <sup>1</sup> Essa se expressa na intervenção armada sobre o país, na ocupação e, conseqüentemente, na Emenda Platt, chegando até o seu apoio ao golpe de estado de 1952.
- <sup>2</sup> É importante ressaltar que o governo de Salvador Allende no Chile (1970-1973) não foi citado porque, desde o início, o programa de governo da Unidade Popular – frente política e social que o elegeu – previa reformas de caráter socialista.
- <sup>3</sup> A Alba é um projeto de integração do continente latino-americano alternativo à Alca (Acordo de Livre Comércio para as Américas). Sua criação teve início em 1994, com a convocação do Congresso Anfictônico por Hugo Chávez. Deste congresso e nos seguintes participaram movimentos e organizações de cerca de 15 países e discutiram-se as estratégias de construção de um projeto que tem por objetivo “uma integração que [sirva] como uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, de construção de uma alternativa que [garanta] o fim da miséria e da exploração dos povos do nosso continente”. Disponível em: In: [http://www.agenciartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=1663](http://www.agenciartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=1663).
- <sup>4</sup> Essa se expressa na intervenção armada sobre o país, na ocupação e, conseqüentemente, na Emenda Platt, chegando até o seu apoio ao golpe de estado de 1952.
- <sup>5</sup> A Revolução de 1933 teve três fases distintas: a primeira de direita, sob a presidência de Carlos Manuel de Céspedes e que durou cerca de um mês; a segunda, já citada, radical de esquerda, com o estabelecimento do governo dos Cem Dias sob a presidência de Grau San Martín; a terceira, marcada pela contrarrevolução, a qual foi de 1934 até 1939, com o coronel Mendieta no poder.
- <sup>6</sup> O Programa de Moncada propunha um conjunto de cinco leis revolucionárias: a primeira reconhecia a Constituição de 1940 como legítima; a segunda atribuía terras a camponeses; a terceira dava o direito aos trabalhadores assalariados de participarem em 30% dos lucros das grandes empresas industriais, extrativas e comerciais; a quarta concedia a todos os colonos 55% de participação nos lucros da cana-de-açúcar; a quinta confiscava todos os bens obtidos a partir da malversação dos recursos públicos, atingindo todos os governos. A partir dessas leis passar-se-ia a uma segunda etapa de medidas, vinculadas à reforma agrária, à reforma do sistema educacional e à nacionalização de empresas que prestam serviços públicos. O programa também denunciava as condições de pobreza e subdesenvolvimento de um país desigual.
- <sup>7</sup> É importante chamar atenção para essa diversidade, uma vez que o grupo da Sierra Maestra foi capaz de conseguir o apoio não apenas de setores populares rurais e urbanos, mas também de setores da elite, principalmente de Havana, para derrubar Batista do poder. No entanto, com o estabelecimento do governo revolucionário, essa coalizão se tornou impossível em razão das divergências entre os setores que queriam aprofundar e radicalizar o processo e os setores mais moderados.
- <sup>8</sup> Indicador que mede o produto bruto de acordo com os parâmetros de uma economia centralmente planejada.
- <sup>9</sup> Dirigida pelo filósofo cubano Fernando Martínez, a revista *Pensamiento Crítico* foi criada em fevereiro de 1967 em Havana e era “alentada pela busca de um socialismo autônomo, distante de Moscou e de Pequim [...] tentou oferecer à Revolução um discurso heterodoxo, em que confluía a tradição nacionalista e latino-americana do pensamento cubano (Varela, Martí, Varona, Guerra, Ortiz...) com o marxismo e o liberalismo ocidentais” (ROJAS, acesso em 27/7/2008). Em junho de 1971 foi fechada pelo governo cubano.
- <sup>10</sup> A plataforma política do governo de Gorbachev focava a defesa de uma abertura política – *glasnost* – e de uma reestruturação econômica – *Perestroika*. Na prática, essas reformas significavam um questionamento ao monopólio político do partido, à censura e também ao planejamento centralizado da economia, ou seja, um questionamento ao modelo socialista adotado até então pela União Soviética e, posteriormente, por Cuba.
- <sup>11</sup> Na década de 90 os Estados Unidos recrudesceram o bloqueio contra Cuba com a aprovação da Lei Torricelli em 1992 e da Lei Helms-Burton em 1996. A primeira ampliou as proibições impostas às empresas dos Estados Unidos desde a década de 60 para as suas subsidiárias no exterior, ou seja, estas também foram proibidas de comercializar com Cuba. Além disso, proibiu que navios estrangeiros que tivessem entrado em portos cubanos entrassem nos Estados Unidos por seis meses, fosse para carregar ou descarregar produtos. Já a Lei Helms-Burton autorizou que cidadãos dos Estados Unidos expropriados pela revolução processassem em tribunais nacionais qualquer empresa estrangeira

que fizesse negócios com suas “antigas propriedades”.

<sup>12</sup> De acordo com Piñeda Bañuelos, “a origem da *libreta* deve ser buscada mais nas condições difíceis pelas quais passava a revolução cubana que obrigou a uma distribuição de valores de uso de acordo com a escassez do que na premissa comunista da distribuição de valores de uso segundo as necessidades” (apud CARCANHOLO; NAKATANI, acesso em 23/7/2008).

<sup>13</sup> A partir da Constituição de 1992, o povo pôde votar diretamente nos deputados das três instâncias – municipal, provincial e nacional. Em nível municipal, por exemplo, são realizadas reuniões e assembleias nas quais a população apresenta suas críticas, insatisfações e sugestões aos deputados municipais ou delegados. Ninguém melhor do que os próprios moradores de um determinado local para saber das suas necessidades. Além disso, como essas Assembleias (municipais e provinciais) têm certa autonomia na resolução das questões locais, ajudam a desburocratizar o Estado, agilizando a solução de problemas que não precisam ser levados à instância nacional. Depois de eleitos, os deputados da Assembleia Nacional do Poder Popular elegem o Conselho de Estado, que, por sua vez, elege o chefe de estado, o qual não pode dissolver a Assembleia Nacional nem vetar uma lei já aprovada por esta.

<sup>14</sup> Essa, aliás, já foi superada, sendo substituída pelo sistema de dupla moeda – o Peso Nacional Cubano e o Peso Conversível (CUC) –, em vigor até hoje.

<sup>15</sup> Nesse caso, a literatura e o cinema são importantes exemplos, na medida em que produções artísticas críticas à revolução não apenas têm sido permitidas como também estimuladas pelo governo. São emblemáticos nesse sentido o conto “O lobo, o bosque e o homem novo”, de Senel Paz, que deu origem ao famoso filme *Morango e chocolate*, dirigido por Tomás Gutierrez Alea (recentemente falecido e considerado um dos maiores cineastas cubanos), e Juan Carlos Tabio. Trata-se da história da amizade entre David, um jovem militante do Partido Comunista Cubano, e Diego, um homossexual. Enquanto David acredita na essência da Revolução Cubana e nas suas grandes realizações, Diego luta contra o preconceito a que são submetidos os homossexuais em Cuba e exige o direito da liberdade de expressão num governo autoritário, contestando, assim, a visão unilateral da revolução que o amigo possui. Mas é importante

ressaltar que a história tem um teor de crítica ao processo revolucionário, em defesa da revolução.

<sup>16</sup> O primeiro foi Raúl Alfonsín, em 1989, na Argentina. A ele se seguiram vários outros, como Collor de Mello no Brasil; Jamil Mahuad, Abdala Bucaram e Lúcio Gutiérrez, no Equador; Fujimori, no Peru; Alfredo Stroessner, no Paraguai; Fernando de La Rúa, novamente na Argentina; Gonzalo de Lozada e Carlos Mesa, na Bolívia.

## Referências bibliográficas

AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. *Compreender o passado para pensar o futuro: experiências e perspectivas do socialismo* (sécs. XX/XXI). S/L: S/E, 2007.

\_\_\_\_\_. *Socialismo ou democracia: desafios para o século XXI*. texto mimeografado.

ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. apêndice, p. 215-236.

ALI, Tariq. *Piratas Del Caribe – El Eje de la Esperanza*. Buenos Aires: Luxemburg, 2007.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BARÃO, Carlos Alberto. *O processo de retificação de erros e tendências negativas em Cuba: 1986-1991*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2000.

BARATA, Giorgio. Povos, nações, massas no horizonte internacional. In: *As rosas e os cardos: o pensamento dialógico de Antônio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

- BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luis Bernardo. *América Latina – história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.
- BLACKBURN, Robin (Org.). *Depois da queda – o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias; NAKATANI, Paulo. *Crise e reformas de mercado: a experiência de Cuba nos anos 90*. Disponível em: <http://www.ejournal.unam.mx/pde/pde128/PDE12807.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2008.
- CASTAÑÓN, María del Pilar Díaz. *Ideología y revolución: Cuba, 1959-1962*. La Habana: Ed de Ciencias Sociales, 2004.
- CEPAL (Comisión Económica para América a y el Caribe). *La economía cubana. Reformas estructurales y desempeño em los voventa*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Revolução Cubana – história e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998.
- COLOMBO, Roselena Leal. Cuba pós-colapso do Leste Europeu: um debate necessário. *Revista História e Luta de Classes*, Rio de Janeiro, ano 3, jul. 2007.
- FERNANDES, Florestan. *O que é revolução?* São Paulo: Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FLEITES, Cecilia Linares; PUIG, Pedro Emilio Moras; BAXTER, Yisel Rivero (Org.). *La participación – diálogo y debate en el contexto cubano*. La Habana: Linotipia Bolívar, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.
- HERNÁNDEZ, Rafael (Org.). *Sin urna de cristal – pensamiento y cultura en Cuba contemporánea*. La Habana: Centro de Investigación y Desarrollo, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. Notas sobre a consciência de classe. In: *Mundos do trabalho: novos Estudos sobre a história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Estratégias para uma esquerda racional: escritos políticos 1977-1988*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais (Perspectivas latino-americanas)*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- LARA, José Bell. *Cambios mundiales y perspectivas*. Revolución Cubana. La Habana: Ed. de Ciencias Sociales, 1999.
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo – triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2004.
- LÖWY, Michael. *O pensamento de Che Guevara*. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Marxismo na América Latina*. 2. ed. ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Os cadernos inéditos de Che Guevara*. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/2007-10,a1934>. Acesso em: 10 nov. 2007.

- MARINGONI, Gilberto. *A onda de esquerda acabou na América Latina?* Disponível em: [www.agenciartamaior.com.br](http://www.agenciartamaior.com.br). Acesso em: 2 jul. 2006.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais / poderes globais – colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MILIBAND, Ralph. *Socialismo & ceticismo*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.
- NUEVA SOCIEDAD. *Democracia y política en América Latina*. Disponível em: <http://www.nuso.org>. Acesso em: 17 ago. 2008.
- PANORAMA Económico y Social: Cuba 2001. Oficina Nacional de Estadísticas, janeiro de 2001.
- QUESADA, Ricardo Alarcón de. *Cuba y la lucha por la democracia*. La Habana: Ed. de Ciencias Sociales, 2002.
- RAMONET, Ignacio. *Fidel Castro: biografia a duas vozes*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ROJAS, Rafael. *Anatomia do entusiasmo – cultura e revolução em Cuba (1959-1971)*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a05v19n1.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2008.
- SALAZAR, Luis Suárez. *El siglo XXI: posibilidades y desafíos para la Revolución Cubana*. La Habana: Ed. de Ciencias Sociales, 2000.
- SÁNCHEZ, Germán. *Cuba y Venezuela – reflexiones y debates*. La Habana: Ocean Press, 2006.
- SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.
- THOMPSON, E. P. Algumas informações sobre classe e “falsa consciência”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.
- \_\_\_\_\_. Folclore, antropologia e história social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.
- TORRADO, Fabio Raimundo. *Los derechos humanos en el sistema político cubano*. La Habana: Ed. de Ciencias Sociales, 2003.
- WEFFORT, Francisco. *Qual democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo – a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

#### Sítios eletrônicos

- CUBA. Portal do governo cubano - <http://www.cuba.cu/>
- CUBA. Assembleia Nacional de Poder Popular da República de Cuba - <http://www.asanac.gov.cu/>
- CUBA. Oficina Nacional de Estatísticas cubana – [www.one.cu](http://www.one.cu)
- Portal Informativo cubano da Casa de las Américas - <http://laventana.casa.cult.cu/>
- Revista *Encuentro* - <http://www.cubaencuentro.com/>
- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) – [www.eclac.org](http://www.eclac.org)
- Organização das Nações Unidas (ONU) – [www.un.org](http://www.un.org)
- Centro para la Apertura y el Desarrollo de América Latina (CADAL) - <http://www.cadal.org/>